

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. Belo Horizonte: Fórum, ano 13, n. 152, ago. 2014.

DOCTRINA

ARTIGOS

Concessão de rodovias e desenvolvimento – A inconsistência jurídica dos programas Carlos Ari Sundfeld, Guilherme Jardim Jurksaitis	9
Grandes obras, grandes impactos e a promoção (controlada e controlável) do desenvolvimento nacional sustentável Daniel Ferreira, Ana Paula Pellegrinello	16
Publicidade e sua licitação nem sempre possível pela Lei nº 12.232/2010 – As intragáveis normas gerais atacam outra vez Ivan Barbosa Rigolin	26
O exercício do poder sancionatório nos contratos administrativos perante o direito português e o direito brasileiro Luís Alves	33
Tutela jurídica das compras públicas sustentáveis Manoel Nascimento de Souza, Talden Farias	39
Os contratos administrativos e a Convenção de Viena sobre venda e compra internacional de mercadorias Melina Kurcgant	54

DIRETO AO PONTO

Sistema “S” e a inaplicabilidade do SINAPI para obras de engenharia Jaques Fernando Reolon	65
--	----

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS EM GESTÃO PÚBLICA

Aplicação de sanção e violação de prazo contratual	67
Contratação de reforma e pregão	68

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Tribunal de Contas da União

Pregão eletrônico – Formação de registro de preços para aquisição de materiais e serviços de manutenção de bens imóveis – Exigências restritivas ao caráter competitivo da licitação – Obrigatoriedade de visita técnica como pré-requisito à habilitação – Não comprovação da necessidade da exigência em face das particularidades do objeto licitado – Ausência de competitividade na fase de lances – Anulação do certame. Processo TC nº 021.129/2013-4	69
---	----

Tribunal de Contas da União

Contratação de empresa que incorporou outra – Declaração de idoneidade de contratar com a Administração Pública da empresa incorporada – Sociedades com o mesmo objeto e sócios – Burla à sanção – Extensão da declaração de idoneidade à empresa sucessora. Processo TC nº 022.685/2013-8	79
--	----

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Licitação – Procedimento questionado judicialmente – Posterior revogação – Conveniência e oportunidade – Súmula nº 473, do STF – Julgamento improcedente da ação judicial – Abertura de novo procedimento – Preterição da requerente – Alteração dos parâmetros de escolha do objeto licitado – Possibilidade. Apelação Cível nº 565660	87
--	----

Tribunal Regional Federal da 3ª Região Administrativo – Ação popular – Convênio – Natureza jurídica – Entidade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e reconhecida de utilidade pública – Assistência judiciária gratuita – Município – Inexigibilidade de licitação. Apelação/Reexame Necessário nº 0007269-11.2008.4.03.6105/SP.....	90
Tribunal Regional Federal da 5ª Região Improbidade administrativa – Licitação – Sobrepreço – Pesquisa de preço analisada isoladamente – Elemento inábil à comprovação de dano ao erário – Percentual de diferença entre o valor da pesquisa e o valor contratado de valores globais baixos – Possibilidade de alteração do preço de mercado. Apelação Cível nº 570290/AL	99
CONSULTAS – TRIBUNAIS DE CONTAS	
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba Consulta – Administração indireta municipal – Superintendência de Transportes Públicos de Campina Grande – Contratação de empresa através de inexigibilidade de licitação – Realização de estudos técnicos que possam alicerçar ações sobre o trânsito no município – Serviços de mobilidade urbana – Serviços comuns da Administração que não preenchem os requisitos legais do art. 25 c/c 26 da Lei 8.666/98. Processo TC nº 07247/13.....	101
Tribunal de Contas do Estado do Tocantins Consulta – Serviços de biblioteca virtual – Disponibilização aos membros e servidores da Defensoria Pública – Inexigibilidade de licitação – Orientações. Processo nº 71/2014.....	103
LEGISLAÇÃO COMENTADA	
Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 54) Antônio Flávio de Oliveira	129